

ELABORAÇÃO DE PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE JAÚ -SP

INTRODUÇÃO

A Agenda 21 Local é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve tanto a sociedade civil e o governo em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local.

De acordo com levantamento realizado, em 2002, as iniciativas de Agendas 21 Locais totalizavam 225 experiências nos âmbitos municipais, estaduais e regionais.

Recentemente foi realizada uma atualização desses números pela Coordenação da Agenda 21, constituindo 544 iniciativas, o que significa mais do que o dobro do número catalogado até 2002. Nesse número inclui os 64 projetos aprovados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente -FNMA, em 2003, que estão em processo de assinatura de convênio para sua implementação (MMA, 2009).

Embora o município de Jaú não tenha concluído o processo de elaboração da Agenda 21 Local, sua retomada está sendo prevista no próximo Plano Plurianual -PPA do município, o que nos leva a elaboração deste Plano de desenvolvimento planejado que servirá para identificar e analisar as características físicas, as atividades predominantes, as vocações, os problemas e as potencialidades do meio rural.

OBJETIVO

O objetivo desta proposta é a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável do meio rural do município de Jaú - SP, apoiando as ações definidas pela Agenda 21 Local e a atualização do Plano Diretor do Município.

Segundo informações do último levantamento realizado no início de 2006, pela Secretaria de Agricultura, Produção e Abastecimento de Jaú, através do cadastro do Incra -Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Jaú possui 1041 propriedades rurais, distribuídas em pequenas, médias e grandes propriedades, conforme segue;

- 772 pequenas propriedades rurais com área de 12.624,8 ha;
- 172 médias propriedades rurais com área de 18.441,2 ha;
- 76 grandes propriedades rurais com área de 35.454,2 ha;
- 21 não classificadas, com área de 1.246,6 ha.

As propriedades rurais do município dedicam-se, em sua maioria, ao cultivo da cana-de-açúcar, e em menor quantidade, à agropecuária.

As atividades acima citadas foram implementadas, e vem sendo desenvolvidas, ao longo de décadas, geralmente desconsiderando as boas práticas, técnicas e científicas, de uso e ocupação do solo e das suas redes de drenagem, em virtude do que, a proteção e manutenção das nascentes, da vazão e da qualidade da água, assoreamento, condições das margens e das matas ciliares, etc., vem alterando e comprometendo as características dos ribeirões existentes.

A prefeitura municipal não possui informações atualizadas sobre as propriedades rurais no que se refere à sua real localização e o que produzem, e procurar garantir rentabilidade aos agricultores, gerar empregos e arrecadação ao município, barrar a exclusão social e o êxodo rural, sempre preservando o meio ambiente, promovendo a recuperação das áreas degradadas e preservação permanente, bem como a qualidade e a quantidade das águas são exemplos dos conflitos envolvidos no processo de gestão, que através do desenvolvimento do Sistema proposto, poderá tornar possível desenvolver ações que mitiguem tais conflitos.

JUSTIFICATIVA

A ausência da realização de estudos mais aprofundados e com maior grau de precisão, mesmo por ocasião da elaboração do Plano Diretor do Município concluído em 2007, faz com que não seja possível serem conhecidas as reais condições de toda a área rural do município. Exceção feita às sub-bacias do Santo Antônio e Ribeirão Pouso Alegre que, por serem mananciais foram alvo de estudos ambientais desenvolvidos através de técnicas de geoprocessamento e geraram diagnósticos ambientais das áreas durante os anos de 2005 a 2008. Entretanto, nesses estudos, não foram realizados levantamentos socioeconômicos que permitissem uma discussão mais ampla com a comunidade rural para implementação de planejamento sustentável da área.

As ações implementadas para mitigar os danos ambientais são, em sua grande maioria pontuais, corretivas e compensatórias, decorrentes de acidentes e, geralmente, não apoiadas por tecnologias atuais, e principalmente, sem o apoio de plano participativo que orientasse tais processos decisórios e de execução de políticas públicas conjuntas e que visassem o desenvolvimento integrado e sustentado da área rural.

Sendo assim, busca-se elaborar um Plano Diretor Rural, como base em informações precisas e atualizadas, obtidas através do uso de novas tecnologias disponibilizadas por Sistema de Informação Geográficas, que constitui uma ferramenta de grande valor no processo decisório possibilitando a estruturação de um banco de dados completo e atualizável, envolvendo inclusive os órgãos e entidades públicas e privadas, que em conjunto com o próprio meio rural, se prestem ao planejamento de ações ambientais e agropecuárias.

Esse planejamento de ações ocorrerá em parceria com lideranças comunitárias, educadores, agentes ambientais voluntários e outras lideranças locais, incluindo prefeito, vereadores, membros de conselhos municipais, organizações não-governamentais, entidades representativas de produtores e de outros setores estratégicos da iniciativa privada.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor Rural será dividida em duas ETAPAS diferentes e complementares.

A ETAPA I contará com a estruturação de informações utilizando um sistema de informações geográficas da área rural do município de Jaú. Com as informações adquiridas e organizadas através de procedimentos técnicos, será possível a

construção de um banco de dados que auxiliará nas tomadas de decisões, e permitirá a realização de diagnósticos mais precisos sobre a dinâmica territorial.

A ETAPA II ocorrerá com a participação da sociedade civil, órgãos públicos e instituições em um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais e o debate sobre soluções para esses problemas através da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local.

ATIVIDADES ENVOLVIDAS

ETAPA I - ELABORAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Trabalhos desenvolvidos em laboratório de informática

- Georreferenciamento das fotos aéreas;
- Geração das ortofotos;
- Vetorização das isolinhas topográficas das cartas do IGC para geração do modelo digital topográfico da área rural;
- Vetorização dos pontos de nascentes de toda drenagem do município através das cartas do IGC e ortofotos;
- Vetorização dos limites das bacias hidrográficas da drenagem de Jaú (Santo Antônio, Pouso Alegre, Pires), através das cartas do IGC;
- Vetorização e classificação do uso atual do solo com base nas ortofotos de 2006;
- Vetorização das áreas edificadas do meio rural;
- Revisão e atualização das bases cartográficas dos demais núcleos relacionadas com as áreas rurais;
- Construção do sistema de informações geográficas e banco de dados para consultas, pesquisas e análises;
- Adequação das áreas e diagnóstico.

Trabalhos de Campo

- Transporte de coordenadas do marco geodésico do IBGE do município de Jaú, para as dependências do Departamento de Ciências dos Solos da Faculdade de Ciências Agrônômicas da UNESP;
- Georreferenciamento e colocação de marcos para a determinação exata da área;
- Coleta de pontos de controle georreferenciados com uso de DGPS por todo o município para ajustar e melhorar a ortorretificação das fotos aéreas;
- Coleta de amostras de solos georreferenciadas.
- Levantamentos de campo para checagem das informações a serem utilizadas no mapeamento de uso atual e capacidade de uso dos solos e recursos hídricos;
- levantamento sócio-econômico e ambiental agropecuário;
- localização das sedes das propriedades rurais, com georreferenciamento.

Outras Atividades

- Análise das amostras de solo;
- Curso de capacitação aos funcionários e agentes indicados pela secretaria.

Mapeamentos e Análises

- Mapeamento do uso e ocupação atual do solo;
- Mapeamento e elaboração do banco de dados da situação atual dos cursos d'água;
- Mapeamento da situação das áreas de preservação permanente;
- Mapeamento das áreas de reserva legal identificadas;
- Mapeamento das áreas com restrições à urbanização;
- Mapeamento semidetalhado das classes de solos encontradas;
- Mapeamento das classes de capacidade de uso e conflitos encontrados.

ETAPA II - APOIO AO PLANO DIRETOR RURAL - AGENDA 21

A confecção da base cartográfica digital associada aos levantamentos e mapeamentos é de fundamental importância, tanto para o planejamento estratégico, como para uma eventual interferência nos parâmetros do local. Surge assim a necessidade dessas ferramentas para relacionar as informações e possibilitar o reconhecimento das áreas.

Finalizando os levantamentos, mapeamentos, coleta e geração do banco de dados, será possível a confecção da nova base cartográfica digital, e a obtenção de um banco de dados espaciais que irá fornecer as informações necessárias para a elaboração de um planejamento das ações nas áreas rurais do município de Jaú.

Esta etapa do projeto prevê a elaboração do diagnóstico participativo que consistirá das seguintes fases:

FASE I

- sistematização das informações coletadas na etapa I sobre as características locais, descrevendo a realidade local em suas dimensões ambiental, econômica, social, cultural, política e institucional, de forma participativa, identificando potencialidades e problemas locais;
- levantamento da percepção dos grupos locais sobre as políticas públicas e projetos em andamento levantados para identificar os aspectos que devem ser trabalhados no sentido de minimizar os problemas e auxiliar na construção do cenário futuro desejado;
- elaboração de apresentação dos dados e informações levantados que permitam a comparação entre a situação atual e o cenário futuro desejado;
- elaboração da apresentação do Diagnóstico Participativo para submeter à aprovação da comunidade.

FASE II

- Identificação das questões apontadas no diagnóstico, entre aquelas que exigem ações prioritárias para resolver problemas emergenciais (de curto prazo) e outras estruturantes (de médio e longo prazos), visando à construção do cenário futuro desejado coletivamente;
- programação da realização das ações de curto, médio e longo prazos.
- Definição de indicadores de forma participativa. Estes medirão o resultado da implementação do plano e sua análise apontará os momentos em que deverão ocorrer as revisões das ações de curto, médio e longo prazos programadas;

- Articulação de novas parcerias para contribuir na implementação do Plano em suas etapas futuras, inclusive de monitoramento dos indicadores definidos, criados de forma a permitir o controle social;
- preparação de material informativo para ampla divulgação do Plano -rádio, jornais, televisão, etc. de forma a envolver toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a metodologia proposta para a elaboração do Plano Diretor Rural de Jaú espera-se conseguir, através do Sistema de Informação Geográfica, dar respaldo técnico para a participação dos vários segmentos da sociedade neste processo tão importante para diagnosticar a situação atual e colaborar no planejamento da área rural.

Vale ressaltar que o meio rural além de sofrer a influência do meio urbano, também tem um grande papel nas interferências que o meio urbano sofre. Basta pensar nos recursos hídricos, que tem suas nascentes, a grande maioria, no meio rural. Sem falar do êxodo rural que leva tantas pessoas às cidades causando desajustes. São todas essas questões que serão debatidas e analisadas para que surja um instrumento de planejamento e gestão para elaboração de políticas públicas, o Plano Diretor Rural do Município de Jaú.

Leslie Ivana Serino Castro